

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.308 - MS (2018/0321495-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ELIZA JULIO ANTONIO
ADVOGADO : JADER EVARISTO TONELLI PEIXER E OUTRO(S) - MS008586
AGRAVADO : BANCO BMG SA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 94, e-STJ):

EMENTA- APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL - PRECEDENTES DA CÂMARA E DO TRIBUNAL - VALOR DO DANO MORAL - IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO - RESTITUIÇÃO DE VALORES DE FORMA SIMPLES - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MANTIDOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Estando o contrato quitado/excluído, o curso do prazo prescricional tem início na data da quitação da última parcela do contrato e/ou a data da exclusão, uma vez que não se pode prestigiar que a discussão fique em aberto de forma eterna, em razão da negligência da parte autora, configurando uma clara ofensa ao princípio da razoabilidade.

Contando-se 05 anos a partir da data do pagamento da última parcela, verifica-se que a pretensão indenizatória em face do requerido encontra-se prescrita, pois a data limite para o ajuizamento da ação ocorreu em setembro de 2013, ao passo que a distribuição da ação só ocorreu em novembro de 2016, quando já superado o lapso temporal.

Para a fixação da indenização pelo dano moral, o julgador deve aproximar-se criteriosamente do quantum necessário à compensação da vítima pelo abalo sofrido e do valor adequado ao desestímulo da conduta ilícita, atendendo sempre ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

Consoante dispõe o artigo 42, do CDC, não cabe a devolução em dobro dos valores indevidamente pagos quando não restar evidenciado nos autos a má-fé do banco requerido.

Mantém-se a verba honorária sucumbencial, pois observados os

parâmetros fixados no art. 85, § 2º, incisos I a IV do CPC.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em suma, que teve conhecimento dos descontos realizados em seu benefício previdenciário apenas em junho de 2016, razão pela qual o curso do prazo prescricional deve ter início nessa data.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 118, e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 120/124, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Com relação à alegada violação ao art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, nota-se que a recorrente pretende modificar o entendimento do Tribunal de origem em relação ao momento de caracterização do dano, marco temporal que dá origem ao prazo prescricional previsto nesse dispositivo.

Nesse aspecto, o debate limita-se à perquirição da ocasião em que a agravante teve conhecimento dos prejuízos patrimoniais, tratando-se, por conseguinte, de investigação restrita exclusivamente ao plano fático.

O Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu ser improvável a alegação de que a recorrente não percebeu os descontos mensais das parcelas em seu benefício, que ocorreram de outubro de 2007 a setembro do ano seguinte. Consignou ser também improvável o fato de a autora, nesse interregno, não ter obtido nenhum extrato do INSS.

Com base nessas premissas, a Corte estadual fixou o início do prazo prescricional em setembro de 2008, data em que os descontos no benefício previdenciário cessaram.

Transcrevo, nesse sentido, trecho do acórdão recorrido (fls. 97/98, e-STJ):

Melhor analisando a matéria relacionada a valores descontados de forma supostamente indevida em benefício previdenciário, continuo adotando o entendimento no sentido de que, estando o contrato ainda em curso, a prescrição quinquenal somente se inicia a partir do conhecimento dos descontos por meio de retirada do extrato do INSS. Contudo, em se tratando de contrato quitado/excluído/findo, revi meu posicionamento e passei a adotar entendimento no sentido de que a prescrição, em tais casos, tem início quando da quitação da última parcela do contrato e/ou exclusão do empréstimo, uma vez que não se pode prestigiar que a discussão fique em aberto de forma eterna, em razão da negligência da parte autora, configurando uma clara ofensa ao princípio da razoabilidade.

Até porque, não é crível que durante todo o transcorrer do contrato e descontos mensais das parcelas, a parte não teve conhecimento desses descontos e não obteve nenhum extrato do INSS, vindo a obtê-lo apenas há alguns meses antes da propositura da ação.

No caso em comento, o documento de f. 21 demonstra que um dos contratos supostamente firmado em fraude com o banco requerido (identificado sob o n.º 155727511, no valor de R\$ 1.850,69, teve iniciado os descontos em 10/2007, ocorrendo a exclusão dos descontos em setembro/2008.

Logo, a partir de então teve início o curso do prazo quinquenal. Contando-se 05 anos a partir da data do último desconto (setembro de 2008), verifica-se que a pretensão indenizatória em face do requerido encontra-se prescrita, pois a data limite para o ajuizamento da ação ocorreu em setembro de 2013, ao passo que a distribuição da ação só ocorreu em 04.11.2016, quando já superado o lapso temporal.

(...)

Sendo assim, mostra-se acertada a sentença que reconheceu a prescrição em relação ao contrato de n.º 155727511.

Rever as conclusões tomadas pelo Tribunal de origem para modificar o entendimento de que a consumidora teria percebido os descontos em seu benefício em 2016, e não em 2008, implicaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório, o qual é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7 do STJ.

A propósito, cito o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

ACÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. No presente caso, a Corte local, com base nos elementos probatórios da demanda, consignou que o prazo da prescrição corre a partir do desconto da parcela prevista no contrato, porque o dano e sua autoria se tornaram conhecidos com cada débito no benefício previdenciário da autora. A alteração das conclusões adotadas no acórdão recorrido, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fática, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. Da mesma forma, inviável o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois a análise do dissenso pretoriano depende do revolvimento de matéria fático-probatória.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1046167/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/8/2017, DJe 4/9/2017)

Ainda sobre a questão, alega a recorrente a existência de dissídio jurisprudencial. Cabe salientar, contudo, que a incidência da Súmula 7/STJ sobre o tema objeto da suposta divergência impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, ante a inexistência de similitude fática.

Outro não é o entendimento desta Corte, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual

a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

